

Langoni diz que Governo pensou em estatizar bancos

Entrevista a José Negreiros

O Governo preferiu negociar — mesmo que penosamente — com os bancos estrangeiros a reconstituição das linhas de crédito interbancário para as agências brasileiras no exterior ("Projeto 4") porque, apesar de tudo, julgou essa solução a mais conveniente do ponto-de-vista social.

A alternativa seria recorrer à estatização da rede bancária, como fez o México, mas tal hipótese foi descartada porque, se lhe negassem novos financiamentos, teria obrigatoriamente que adotar o racionamento de petróleo, levando a economia nacional à semiparalisa.

Ao dar essa explicação, em entrevista ao JORNAL DO BRASIL, o Presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, revelou que desde agosto do ano passado o país enfrenta uma aguda crise de liquidez. As coisas só foram minoradas com a assinatura dos acordos de suprimento de dólares para 1983 com os bancos internacionais e a aprovação, pelo Fundo Monetário Internacional, de um programa de facilidade financeira ampliada.

Na sua opinião, da mesma forma a maxidesvalorização do cruzeiro impediu a moratória iminente, pois restaurou a credibilidade das instituições financeiras internacionais no programa de reequilíbrio do balanço de pagamentos para este ano. As metas (como o superávit comercial de 6 bilhões de dólares) haviam sido fortemente ameaçadas por dois fatores, segundo Langoni: perda líquida de depósitos de 1 bilhão de dólares, em janeiro, por parte das agências de bancos brasileiros no exterior; e déficit em transações correntes (mercadorias e serviços) de mais 1 bilhão de dólares no primeiro bimestre do ano.

Entre junho de 82 e fevereiro de 83 — contou ele — o país sofreu uma sangria de 5 bilhões 800 milhões de dólares, desde que sejam contabilizadas as perdas das agências no mercado interbancário e a redução das linhas de crédito comercial ("Projeto 3").

Por que não à moratória

"É importante explicar por que escolhemos o caminho de reestruturação coordenada, e não traumática, da dívida externa. Por que lutamos para não recorrer à moratória, à suspensão dos pagamentos, embora muita gente ainda sugira isso até hoje", diz Langoni. "A razão objetiva foi porque, pesados os custos e benefícios, tal opção resultaria extremamente desfavorável, interna e externamente; basta olhar o exemplo do México e da Polônia".

O presidente do Banco Central exemplifica que o México, mesmo sendo produtor de petróleo — e, portanto, tem condições de garantir o abastecimento interno de energia sem maiores riscos — mergulhou imediatamente numa profunda recessão, associada a uma súbita redução no seu nível de transações comerciais com o exterior, que bloqueou seu acesso a uma série de importações essenciais. No caso da Polônia esse impacto foi ainda maior, pois este país depende criticamente não apenas de petróleo como de alimentos importados.

Para se entender o que significa uma suspensão de pagamentos, basta comparar com a própria reação brasileira quando a Polônia nos comunicou que não poderia mais realizar pagamentos comerciais", lembra ele. "De imediato nós também suspendemos nossas vendas de ferro, soja, têxteis etc, para eles, produtos fundamentais para o funcionamento da economia polonesa. Conforme suas informações, esta foi uma atitude comum a praticamente todos os demais países, com exceção, naturalmente, do bloco socialista, com o qual a Polónia tem relações especiais. De qualquer forma, a crise que se seguiu levou ao racionamento de vários produtos, inclusive alimentos.

"No caso brasileiro a situação também seria dramática", avisa Langoni. "Nosso nível de importações já tem sido bastante comprimido e reduzido a um mínimo essencial. As importações de petróleo só podem ser realizadas nas dimensões atuais, de 9 bilhões de dólares, porque são financiadas em pelo menos 60%. Esses financiamentos a curto prazo e para os quais não há compromisso formal seriam estancados automaticamente e muito remotamente substituídos por créditos de fornecedor", adverte o presidente do BC.

Logo, o resultado inevitável seria o racionamento de petróleo com reflexos negativos sobre toda a economia, inclusive a produção e transporte de alimentos", prossegue. Outras importações essenciais, como matérias-primas para bens de capital sofisticados, sofreriam corte violento, e, além disso, também as exportações brasileiras (especialmente as de produtos manufaturados) seriam prejudicadas, pois dependem em larga proporção de créditos externos.

Crítica a adoção de uma estratégia, nesses moldes, como responsável por drástica redução nas relações comerciais do Brasil com o exterior — "um retrocesso a tudo que se alcançou em 18 anos". E que, raciocina, teria como contrapartida interna apenas um profundo processo recessivo que afetaria duramente o parque industrial e aumentaria o nível de desemprego.

"A alternativa brasileira de transição negociada derrubou inclusive a tese de que suspender pagamentos aumentaria o poder de barganha do devedor". De acordo com seu programa de renegociação em dezembro já conseguiu formalizar os acordos num tempo recorde de dois meses, muito inferior ao processo em que estão envolvidos aqueles que preferiram a moratória.

Langoni garante que tais operações atrasaram em virtude do comportamento que as autoridades adotaram para enfrentar os problemas do mercado interbancário. "Em contraste com os demais países, não adotamos nenhuma medida compensatória que assegurasse os recursos nesse mercado", alega ele. "Por exemplo: poderíamos obter a renovação automática dos depósitos interbancários nas agências brasileiras no exterior a partir de dezembro. Isso só seria possível se simultaneamente houvesse alguma forma de intervenção do Banco Central nos bancos brasileiros no exterior, o que deixaria uma marca irreversível de descrédito junto à comunidade financeira internacional e levaria, por consequência, a uma vital estatização de nosso sistema financeiro (a nacionalização dos bancos mexicanos, decretada em novembro pelo ex-Presidente Lopez Portillo, teve, entre ou-

tros propósitos, garantir a reforma dos empréstimos interbancários às agências mexicanas no exterior).

Carlos Langoni argumenta que a decisão brasileira, "consciente", foi a de correr os riscos de conviver com o mercado instável e inseguro, o que resultou numa perda líquida de depósitos dos bancos brasileiros, só em janeiro, de cerca de 1 bilhão de dólares. "Mas isso permitiu preservar a natureza híbrida do nosso sistema financeiro, no qual já atuam no exterior importantes instituições privadas".

O Presidente do Banco Central informou, em seguida, que entre 30 de junho de 82 e 2 de fevereiro, essas instituições perderam cerca de 4 bilhões de dólares em depósitos. "Se somarmos a isso a redução de cerca de 1 bilhão 800 milhões de dólares em linhas de crédito comercial ("Projeto 3", de financiamento de importações e exportações) nós teremos aí 5 bilhões 800 milhões de dólares, e uma ideia clara do por que o Brasil vem sofrendo uma aguda crise de liquidez desde agosto de 82", diz.

Assegura que a reconstituição das linhas de crédito do interbancário foi a tarefa mais complexa que o Governo teve de enfrentar. Um corte de recursos de tal grandeza refletia a incerteza com relação ao comportamento da economia brasileira e era também a forma mais fácil dos bancos estrangeiros diminuírem seu grau de risco no Brasil, uma vez que — esclarece Langoni — essas linhas são informais, "telefônicas", sem nada legal que assegure ao banco brasileiro a garantia de acesso permanente a novos capitais.

"O resultado inevitável (da moratória) seria o racionamento de combustível."

Ambas — interbancário e crédito comercial — tem a mesma sensibilidade; se uma começa a faltar, a outra também é quase simultaneamente interrompida.

"Tratava-se de uma tarefa aparentemente impossível. Isto é, substituir por telefonemas, telex, listas de computador, as forças do mercado, que virtualmente deixaram de existir para países em desenvolvimento, a partir de agosto", comenta o presidente do BC. "Abandonada a opção por uma recomposição compulsória (estatização dos bancos) tivemos que reunir informações que envolviam 700 bancos estrangeiros e 120 agências bancárias brasileiras no exterior — conta ele — espalhadas desde Tóquio até a Califórnia, passando por Singapura, Bahrein, Paris, Genebra, Frankfurt, Londres e Nova Iorque".

— Era como um trabalho de artesão — lembra Langoni —, preocupado em reconstituir um precioso vaso de cristal quebrado. O problema é que, ao contrário deste, havia premência de tempo, já que a continuidade da perda de depósitos poderia arruinar toda a viabilidade do programa externo.

Esclarece que, nesse processo, estabeleceu-se uma verdadeira simbiose entre o destino de cada agência e o destino do programa externo para 83. Nesse relatório, referendado no ano passado pelo FMI, não existe anotado um item denominado "recursos do mercado interbancário".

— Entretanto, a continuidade de vazamentos levaria fatalmente ao malogro das negociações brasileiras no exterior, já que as reservas acumuladas pelo Banco Central estariam sendo desviadas para cobrir as perdas dos bancos privados brasileiros lá fora, continua Langoni. Nes-

se quadro de estreiteza de liquidez, foram as incertezas iniciais sobre a capacidade brasileira de financiar suas contas externas a partir de agosto que ampliaram as dificuldades de captação de depósitos por parte dos bancos, e assim estabeleceu-se um verdadeiro círculo vicioso.

Por essa razão, a decisão de promover uma maxidesvalorização de 30% do cruzeiro, de acordo com Carlos Langoni, reflete dois aspectos cruciais para a conclusão das negociações desenvolvidas nos Estados Unidos. "Em primeiro lugar, o fraco comportamento da balança comercial em janeiro e as perspectivas de repetição dessa tendência em fevereiro", revelam, "não foi só. Havia também a reprodução da tendência dos últimos meses do ano passado para queda no valor das exportações".

No entanto, o dado fundamental, que praticamente tornou a máxi inevitável, foi o congestionamento das operações cambiais: "Mais importante foi a constatação de uma virtual paralisação do mercado de câmbio no mês de janeiro e nas duas primeiras semanas de fevereiro. Em condições normais — descreve o presidente do Banco Central — após uma minidesvalorização deveria haver um ingresso líquido de divisas, cujo valor acumulado não pode ficar muito diferente do movimento comercial. Entretanto — continua — em janeiro e fevereiro (até a data da máxi) observava-se que o ingresso efetivo de divisas não estava correspondendo ao fluxo esperado, a partir dos dados comerciais, o que refletia a formação de expectativas negativas com relação ao comportamento da taxa cambial".

(Nesse período descrito por Langoni, segundo informações colhidas junto a informantes do mercado, houve intensa especulação, num movimento batizado de "dolarização" da economia, no qual, por exemplo, as importações eram abreviadas e as exportações adiadas, com o objetivo de obter ganhos com a eventualidade da máxi. Isso sem falar na intensa comercialização de dólares no black e de ORTNs com cláusula de correção cambial).

— Vale lembrar que no início do ano houve intenso debate acerca de viabilidade de uma política de aceleração das minidesvalorizações, não tendo sido poucas as entidades e personalidades importantes que descartavam essa estratégia, inclusive pelo seu impacto negativo ao pressionar as taxas de juros internas — comenta o Presidente do Banco Central.

"Na verdade, a experiência mostra que nossas condições e especialmente no caso brasileiro, em que as reservas internacionais são mínimas, não há outra alternativa a não ser referendar a tendência de mercado e promover a maxidesvalorização", alega Langoni.

Explica que a ideia inicial era apenas antecipar os 12,7% reais acima da inflação negociados com o FMI, mas nesse momento constatou-se novo desvio: um déficit na conta corrente (transações comerciais e de serviços com o exterior) em janeiro e esperado para fevereiro que somarão cerca de 1 bilhão de dólares. "Isso deixou claro a necessidade de uma medida mais forte, que impedisse a repetição dessa situação nos meses a seguir, e que de imediato evitasse o agravamento em nossa posição de liquidez", admite Langoni.

— A máxi foi, portanto, condição essencial para que pudessemos chegar até a data da assinatura de nosso plano financeiro.

Anota como consequência o fato dela haver contribuído para restabelecer a confiança externa na meta de superávit comercial (US\$ 6 bilhões), que passou a ser seriamente posta em dúvida após os resultados do mês de janeiro



Langoni disse que uma das alternativas seria a estatização dos bancos, como no México

— Nesse sentido, não é exagero afirmar que a alternativa a esta medida dura seria, provavelmente, a moratória.

Langoni, entretanto, não considera que agora esteja "tudo resolvido". Em suas advertências, diz que não é possível nutrir ilusões sobre as dificuldades que o país ainda terá que enfrentar ao longo dos próximos meses, pois acha impossível antecipar qualquer modificação significativa no mercado financeiro internacional, ainda traumatizado pela sucessão de moratórias e pelos pedidos de falências de empresas importantes.

"Não é exagero afirmar que a alternativa a esta medida dura (a maxidesvalorização) seria, provavelmente, a moratória."

"Há uma necessidade urgente de um rearranjo institucional a nível internacional, com a criação de novos mecanismos que impeçam as perigosas "externalidades" de que o Brasil foi vítima, a partir de problemas oriundos de outros".

Ele lamenta entretanto, que a experiência venha mostrando que essas formas institucionais se processam num ritmo muito lento, bem aquém das necessidades geradas pela crise. Entre outras coisas, recorda que a normalização do mercado exigiria a volta ao palco das transações internacionais de uma multidão de pequenos e médios bancos regionais, que antes de agosto de 82 supriam o mercado secundário de dólares.

"Nas condições atuais é impossível prever quando esses bancos voltarão a operar na área internacional. E nessas condições não há outra alternativa a não ser implementar, com determinação, um processo de ajuste voluntário da economia, com todos os efeitos transitórios negativos, especialmente quanto às possibilidades de crescimento. Essa ainda é a forma de menor custo social para impedir o estrangulamento cambial", defende ele.

Será menos pior, na sua versão, em face da perspectiva favorável de fatores externos, que pela primeira vez, em muitos anos, combinam-se simetricamente a queda efetiva nos preços do petróleo, a estabilidade das taxas de juros externas; e a recuperação da economia americana, cujos efeitos multiplicadores no comércio facilitam, acredita Langoni, a meta de exportar 23 bilhões de dólares este ano.

Em outra entrevista, esta semana a RÁDIO JORNAL DO BRASIL, o presidente do Banco Central disse que o fato realmente relevante em 1983 é a busca do controle dos gastos do setor público. "Temos restrições óbvias em relação ao volume de recursos externos com o qual o país poderá contar. Nem mais um centavo poderemos esperar e a realidade do mercado sugere que não podemos trabalhar pensando que daqui a dois ou três meses vamos voltar ao mercado e conseguir mais recursos", anunciou.

Previu que a capacidade política de controlar os gastos do setor público está intimamente associada à institucionalização de uma organização que possa dizer "não", para evitar dispêndios excessivos, financiamentos inflacionários e aumentos de subsídios.

— É assim que vejo o papel a ser desempenhado pelo Banco Central", argumenta. "Em todo o mundo eles funcionam com o objetivo de ajustar a realidade da economia às inúmeras aspirações nacionais. É inevitável que num processo de abertura democrática, o papel do banco caminhe para essa direção".